

LAZER E EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR CONTRA A SISTEMATIZAÇÃO CURRICULAR

Anderson Paulo Silva da Fonseca

Universidade Federal do Rio de Janeiro

andersonufrj@hotmail.com

Resumo

A educação oferecida pelo Estado e respaldada por documentos como LDB, Constituição Federal e PCNs tendem a seguir métodos e sistematizações que visam atender as demandas de um sistema que é impulsionado por grandes empresas e que visam o lucro. Baseando-se nessa perspectiva a sistematização do ensino forma e capacita os alunos para serem ferramentas, valorizando seu potencial como trabalhadores, não como cidadãos críticos e emancipados. Pensar na vivência e estímulo da experiência do aluno, aproveitando seus aprendizados de vida com a vastidão de conteúdos da Educação Física podem proporcionar um ensino diferenciado e inovador, onde mediados por processos educacionais que apresentem propostas de lazer possam modificar a atual realidade.

Palavras-chave

Educação Física; Lazer; Experiência; Currículo

Introdução

O fator educação sempre foi tido como o principal pilar para o desenvolvimento de uma nação, seja pela sua capacidade em formar os cidadãos ou pelo fato de através dela serem geradas possibilidades de evoluções no campo tecnológico e do pensamento. A preocupação com o que ensinar e sobre como ensinar é algo corriqueiro que perpassa as décadas e séculos, proporcionando avanços e retrocessos.

A forma com que o sistema educacional se apresenta está relacionada com o que o Estado e o sistema vigente almejam com a educação oferecida por eles. Essa relação entre imposição de um modelo educacional pelo Estado é antiga e sempre esteve presente, tanto que o educador e pensador italiano Antônio Gramsci (1987) apontara para essa questão, dizendo que a concepção de homem é definida pelo Estado e de acordo com o seu meio social.

Anterior a Gramsci, Marx já pensava de tal forma, expondo seu pensamento da seguinte forma:

“o modo de produção da vida material (que) condiciona o processo de vida social, político e espiritual, em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência”. (Marx, 2013, vol. I, p. 301)

Podemos constatar que apoderar-se dos meios assistenciais como educação, trabalho e saúde é algo feito constantemente para adequar-nos segundo a expectativa de quem comanda. Nos é apresentada a ideia de que estamos livres, e que podemos ser ou fazer o que quisermos. A realidade só vem à tona quando sofremos uma ruptura do pensamento convencional e passamos a ter criticidade, questionando os métodos apresentados.

Por mais que os pensamentos de Gramsci e Marx reflitam o nosso cotidiano atual, é necessário expor e identificar nossa realidade, no que tange as questões educacionais e curriculares. Com o desenvolvimento de uma política neoliberal cada vez mais ferrenha e irresponsável, vemos nosso sistema educacional sofrer importantes mudanças. O Estado, cada vez mais ausente nas responsabilidades estruturais das instituições, se faz ausente também nas construções curriculares, atendendo a interesses próprios e demandas mercadológicas.

Com relação as ausências do Estado em suas obrigações, mesmo tendo as obrigações amparadas pela Constituição de 1988, Frigotto (2017) aponta que esta é a realidade atual, onde o capital estrangeiro regulamenta e organiza segundo as suas vontades:

Para a manutenção deste sistema cada vez mais irracional, produziu-se paulatinamente a anulação do poder político dos Estados nacionais, transferindo o verdadeiro governo do mundo para os grandes grupos econômicos, hegemônicos pelo capital financeiro, e para os organismos internacionais que os representam, mormente a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial. Estrutura-se, então, um poder sem sociedade ou, como analistas têm caracterizado, um Estado de exceção permanente. Estado que no interior das nações é comandado pelos bancos centrais e ministérios de economia, os quais definem as medidas que garantem o lucro, em especial do capital financeiro. Um poder que se afirma no plano cultural e jurídico respaldado pela força de um Estado cada vez mais policial (Frigotto, 2017, p.19).

Essa perspectiva de governo, pautada sob poderio do capital de grandes empresas e bancos, culminando assim na ausência da responsabilidade do Estado caracteriza a ideia Neoliberal de governar. A partir do momento que estes ideais perpassam os muros das escolas, chegando com novas propostas curriculares que são interessantes prioritariamente para quem detêm os meios de produção, a educação perde seu foco e legitimidade.

As reformas educacionais e propostas pautadas por determinados grupos políticos mais conservadores e, orientações como as do Banco Mundial, visam, segundo Libâneo (2012) oferecer o mínimo, onde os conteúdos passam a ser encarados como competências e habilidades mínimas, formando o ser não na sua completude enquanto cidadão, mas para agir de acordo com o que espera o mercado de trabalho. O autor ainda realça a discrepância no fator avaliação, onde por meio de métodos quantitativos se mensura o saber e os conteúdos, como se a educação e o ensino fossem itens a serem medidos ou quantificados.

Quantificar o conhecimento é limitar o processo educacional, e por consequência a formação do cidadão. Vitor Marinho recorda em *Consenso e Conflito* (2004) um ideal que era defendido por pensadores e teóricos como Locke (1623-1704) e Adam Smith (1723-1790). Ambos defendiam a formação integralizada do ser para aqueles que detinham o capital, para os burgueses e seus filhos. Para a prole dos operários e de toda a classe trabalhadora era proposta a educação mais sistemática e funcional, voltada a preparar as crianças desde a mais tenra idade para as práticas fabris. Um ideal bem semelhante as propostas apresentadas pela Nova BNCC (Brasil, 2017).

Portanto, retirar ou tornar disciplina facultativa a Educação Física, é limitar a formação da criança e do adolescente, atendendo assim as perspectivas e demandas do mercado. Se tratando do Ensino Médio isso se torna mais gritante pelo fato de ser o momento de afirmação dos conteúdos aprendidos em todas as etapas escolares, retirando dessa importante etapa uma disciplina que aborda todos os elementos da cultura corporal do movimento, adentrando nas questões e relações de corpo, ginástica, saúde, lazer, esportes e a autonomia do sujeito para todas essas atividades.

De acordo com Ivanildo Amaro (2013) o Estado deve agir em conjunto da Escola para pensar e executar melhores formas de abordagem dos processos educacionais, em ação coletiva para melhor contemplar aos alunos, deixando de lado o caráter avaliador e controlador do sistema, não regulando e avaliando, mas sim contribuindo em conjunto.

Este trabalho tem como objetivo identificar como as práticas escolares, mais precisamente na Educação Física, mediadas e pautadas sob a perspectiva do lazer e sob a ótica da experiência podem contribuir como ferramenta desfragmentadora das estruturas curriculares e, ao mesmo passo trabalhar para uma formação que valorize e priorize as experiências do aluno.

Metodologia

Optou-se por trabalhar com a ideia de uma pesquisa bibliográfica que de acordo com Fonseca (2002, p. 32) este é um tipo de pesquisa que se baseia em levantamentos de artigos, revistas, sites e livros. Este tipo de ação permite ao pesquisador encontrar referências, autores e respostas para os problemas apontados pelo trabalho. Como todo trabalho se inicia com buscas bibliográficas baseadas na literatura este tipo de pesquisa favorece também uma praticidade ao elaborar os resultados.

Resultados e Discussão

Baseando o pensamento inicial no papel do Estado para com a Educação, temos documentos que respaldam sua obrigação em fornecer propostas educacionais que sejam gratuitas, de qualidade e acessíveis, conforme aponta na Lei de Diretrizes e Bases (LDB-Brasil, 2017), Constituição Federal (1988) e Estatuto da Criança e do Adolescente. Com isso, temos um modelo e formato educacional sistematizado, que elaborado pelas secretarias educacionais, visam atender o que o Estado deseja, que de acordo com Libâneo (2012) é fornecer um tipo de educação que atenda as funções de mercado, gerando mão de obra rápida e em grande escala.

Ainda sobre o modelo educacional apresentado, Foucault (1987) salienta que este modelo visa a domesticação dos corpos, tornando-os “dóceis” para o sistema. Uma vez acostumados com a rotina metódica e de adestramento existente na escola, ao sair dela será mais fácil aceitar as opressões e abusos impostos e ocasionados pela negligência Estatal.

Jorge Larrosa (2002) expõe, com relação a experiência, que temos cada vez menos tempo para nos dedicar, referindo-se aos aparatos educacionais como a principal causa para que cada vez aconteçam menos fatos que desejamos e cada vez mais ocorram as sequências

elaboradas pelos currículos. A escola, nesse ponto se torna um local organizado com pacotes educacionais cada vez mais numerosos onde nada acontece.

Ainda sobre a experiência Kohan explica através de uma entrevista a Dário Jr. (2018), que a referência da palavra escola, vem do grego *skholé*, que significa tempo livre, ocioso, o que aponta que a escola, conforme sua definição morfológica deveria ser um espaço de tempo livre e ocioso. De forma contrária a esse pensamento, as propostas escolares são de ocupar todo o tempo do aluno, não estimulando a sua experiência real, na essência de liberdade e criatividade.

Para Korsakas (2002), a educação deve proporcionar e desenvolver a autonomia da criança e do adolescente, estimulando sua curiosidade e potencializando sua capacidade de resolver problemas e situações, alimentando dessa forma sua busca pelo saber tornando o ensino algo prazeroso, algo que os alunos queiram buscar, não algo obrigatório e obsoleto. Ainda sobre essa questão, Marcelino (2004) indica que dentro da Educação Física Escolar podemos e devemos reformular as questões educacionais, apontando para um novo caminho onde processos educativos e o lazer devam estar aliados, promovendo uma mudança no presente para que no futuro tal processo possa acontecer de forma mais natural.

Defender a Educação Física Escolar é necessário, pois de acordo com Vitor Marinho (2004) ela representa um meio de confrontar o método das superestruturas e sistematizações, quebrando paradigmas de que o aluno deve ter o melhor rendimento e competirem entre si. A Educação Física enquanto Educação deve priorizar o ótimo rendimento individual, comparando o aluno com ele mesmo e com seu próprio desempenho, melhorando-o e evoluindo conforme as possibilidades que cada um apresenta, e não conforme o que o currículo ou o Estado impõe.

Conclusões

Estudos na área curricular e na sistematização do ensino sempre se fizeram presentes, sejam em época passadas ou em tempos atuais. Sempre expondo diferentes argumentos, aqueles que defendem essa sistematização convergem no pensamento quando apontam que estas estruturas educacionais, baseadas em um currículo único e igualitário seja a melhor forma de se trabalhar e de educar.

Conforme visto, a Educação Física pode proporcionar uma perspectiva diferenciada e inovadora, principalmente quando aliada e trabalhada na perspectiva de liberdade, mesclando esse método com a ludicidade das aulas, proporcionando aulas e momentos que visem o lazer em conjunto do aprendiz. Estimular a participação dos alunos, priorizando suas experiências e a real interação das crianças e adolescentes nos processos educacionais, além de contemplá-los de forma verdadeira e completa, visa também a emancipação do ser, uma vez que desde cedo serão levados a agir por conta própria, sendo críticos e participativos.

Com relação a criticidade fica claro que, a cada interferência educacional e proposta curricular defendida pelo Estado, menos essas propostas estimularão os alunos para o pensamento que possa ser libertador e emancipatório, uma vez que a sistematização do ensino visa justamente o adestramento dos corpos e dos pensamentos.

Sendo assim, os alunos representarão peça fundamental no processo educacional, deixando de ser meros espectadores na rotina escolar. Fica a necessidade e vontade de pesquisar ainda mais, para que novas descobertas e hipóteses possam ser levantadas e problemas possam ser mais bem compreendidos.

Referências

AMARO, I. **Avaliação da educação básica: repercussões, tensões e possibilidades no currículo das escolas de periferia urbana.** Espaço do Currículo, v.6, n.1, p.107-120, Janeiro a Abril de 2013.

BONDÌA, L. J. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência.** Revista Brasileira de Educação; jan/fev/mar/abr 2002.

DÁRIO, Jr. R. I.; Silva, F. L. **A escola como experiência: entrevista com Walter Omar Kohan.** Revista Eletrônica da Educação, v.12, n.1, p.298-304, jan/abr 2018.

FONSECA, S. J. J. **Metodologia da pesquisa científica.** Ceará, Universidade Estadual do Ceará, 2002.

FOULCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão;** tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FRIGOTTO, G. **Escola “Sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Organizador: Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, Laboratório de Políticas Públicas, 2017.144 p.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história,** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.

KORSAKAS, P.; JUNIOR, D. R. **Encontros e desencontros entre o esporte e a educação.** Revista Mackenzie de Educação Física– Ano1, Volume 1, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MARCELLINO, N. C. (ORG) **Lazer e educação**. Papirus Editora, 11^o edição, 2004.

MARINHO, V. **O que é Educação Física?** São Paulo, Brasiliense, 2004.

MARINHO, V. **Consenso e Conflito, Educação Física Brasileira**. 2^o edição-Rio de Janeiro, Shape, 2005.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do Capital**. Boitempo Editorial, mar/ 2013.